



IDeIAS

Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social

COVID-19 E A “SOCIEDADE DE RISCO”: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO CONTEXTO MOÇAMBICANO

“O maior perigo, por isso, não é o risco, mas a percepção do risco” (Beck, 2002: 4).

Lúcio Posse

Introdução

Com a evolução da pandemia da COVID-19, tenho observado que diferentes actores, como, por exemplo, o cidadão comum, especialistas, agências das Nações Unidas, organizações não governamentais, imprensa, diferentes elites têm proferido discursos e tomado decisões numa tentativa de compreender como combater o vírus. Estes actos deixam transparecer que se está diante de uma reacção que reflecte a produção do “risco”¹.

O “risco” na presente reflexão deve ser entendido na perspectiva da teoria de “sociedade de risco” elaborada por Ulrich Beck (2011). Sociedade de risco é uma sociedade que emerge das transformações provocadas pela revolução industrial e pela globalização. Sendo que a primeira trouxe para a sociedade moderna, riscos resultantes da produção de riqueza, como, por exemplo, pandemias, riscos ambientais, nucleares, genéticos, terrorismo, entre outros. Enquanto a segunda, massificou esses mesmos riscos rompendo, por um lado, com as fronteiras que anteriormente separavam os grupos sociais, ou seja, os riscos passaram a afectar de forma indiscriminada, todos os grupos sociais, e, por outro, deixaram de se circunscrever a regiões específicas, passando a ser globais. Como se refere Guivant (2001: 96) “os riscos [na sociedade de riscos] são democráticos, afectando nações e classes sociais sem respeitar fronteiras de nenhum tipo”. Esta situação leva ou obriga os indivíduos e ou grupos a deixar de lado as suas diferenças e se unirem para responder ao risco que se tornou “democrático”. Mas há que referir que esta resposta é resultado da produção do risco “objectivo” e “subjectivo”, por parte da própria sociedade. Sendo o primeiro produto da elaboração científica – a “racionalidade científica” do risco (Beck, 2011) – como, por exemplo, se pode observar na forma como são definidos os riscos em saúde (Luiz & Cohn, 2006) – e, o segundo, é produto da percepção do risco – como consequência das vivências, culturas, valores, emoções, interesses e outros da sociedade –, isto é, a “racionalidade social” do risco (Beck, 2011). Mas é importante relativizar a ideia do “risco objectivo” porque o mesmo é definido por actores que estão sob influência de outras variáveis, como, por exemplo, religiosas,

culturais, políticas e/ou económicas. Daí Ulrich Beck afirmar que estes dois processos de produção de risco são intrínsecos em si, e que a ausência da dimensão social na produção do risco objectivo torna-o vazio, e o contrário torna-o cego (Beck, 2011).

Na presente reflexão procuro pensar a pandemia da COVID-19 a partir do caso de Moçambique, por meio da teoria de “sociedade de risco”. E para tal recorri a minha experiência resultante do diálogo com familiares, amigos, colegas, conhecidos e estranhos sobre o vírus. Com os dois últimos grupos, a interacção acontecia de forma espontânea nos diferentes contextos onde os nossos interesses pessoais e/ou profissionais se cruzavam. Também tive em consideração a informação veiculada na imprensa, afinal, como afirma Beck (2011: 38), são actores centrais na disseminação dos sentidos e significados do risco. Além da leitura de textos sobre a teoria da “sociedade de risco” e os discursos e o Decreto Presidencial Nr 11/2020, de 31 de Março, que decretou o Estado de Emergência no âmbito dos esforços de combate à COVID-19.

COVID-19 e a “Sociedade de Risco”: Tentando Dizer Alguma Coisa

A COVID-19 é uma pandemia, e de acordo com a teoria da “sociedade de risco” faz parte do novo tipo de risco que as sociedades modernas estão sujeitas, e as acções de combate por parte da sociedade são reflexo da produção do risco objectivo como também subjectivo. Para além de estar a forçar os grupos a colocar de lado – pelo menos de forma temporária – os seus conflitos e/ou diferenças de forma a unirem as suas acções de combate ao vírus por representar uma ameaça global.

Como se verifica, por um lado, por meio da união entre os Estados no combate ao vírus (apoios em equipamentos e envio de especialistas) bem como a união de laboratórios na procura de soluções clínicas (medicamentos e/ou vacina) e acções de solidariedade coordenadas por quase todo mundo em apoio aos grupos mais vulneráveis (Notícias, 2020).

E, por outro, também se verifica a construção social do “outro”, enquanto doente, em oposição a a “nós”, enquan-

to saudável. Ou como sugere Sacramento & Machado (2015), que a percepção do risco tem se mostrado central na construção de estereótipos que acabam por excluir ou rejeitar pessoas ou grupos por serem considerados responsáveis por algo de mau na sociedade. E os “chineses” – não só da região afectada, mas todos (até outros povos da Ásia com feições semelhantes com a dos chineses) – foram objecto destes estereótipos pelo facto da COVID-19 ter sido diagnosticada pela primeira vez na China, concretamente na cidade de Wuhan. Mas é preciso referir que os “chineses” também elaboraram estereótipos da doença na sua associação aos “africanos”. Sendo, desta vez, os “africanos” considerados, pelos chineses, os responsáveis pela transmissão do vírus, ou seja, os “outros”, os doentes, – muito provavelmente por conta de já terem sido registados casos da doença no continente africano – e os “chineses”, “eles”, os saudáveis. Estes estereótipos deram corpo aos actos de violência contra os “africanos” que residiam em certas partes da China (Lusa, 2020; Teixeira, 2020).

Estes estereótipos identitários, “nós”, os saudáveis, e “outros” os doentes, à volta da COVID-19, causaram mortes em alguns contextos, como foi o triste episódio que aconteceu no Malawi, onde dois moçambicanos foram assassinados sob a acusação de estarem a levar o vírus para a sociedade malawiana (Rádio Moçambique, 2020).

COVID-19 e a “Sociedade de Risco” em Moçambique

Moçambique tem as suas dinâmicas sociais, económicas, tecnológicas, políticas e outras influenciadas pela revolução industrial bem como pela globalização, condição que faz da sociedade moçambicana uma “sociedade de risco” e/ou parte da “sociedade global do risco”. Porém, é preciso reconhecer que esta é uma assunção simplista, se tomarmos, por exemplo, em consideração a crítica de Guivant (2001) sobre a teoria da “sociedade de risco” elaborada por Ulrich Beck. Ou seja, – mesmo reconhecendo o mérito da teoria (Guivant, 2016) – Guivant (2001) considera que esta teoria tende a olhar para o mundo como se de uma sociedade homogênea se tratasse, ignorando, com isso, as especificidades de cada contexto. Apesar de

¹ De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) o vírus da COVID-19 já infectou mais de cinco milhões de pessoas, matou mais de trezentas mil em mais de duzentos países, territórios e áreas. E a tendência dos números é crescente.

concordar com a crítica de Guivant (2001) relativa à ideia de homogeneização, esta reflexão assume que a sociedade moçambicana é uma “sociedade de risco”, como irei reflectir a partir do caso da pandemia da COVID-19 em Moçambique.

É possível perceber que a reacção da sociedade moçambicana à COVID-19 foi e ainda é caracterizada pela adopção de medidas de prevenção, como, o distanciamento social, lavagem das mãos com sabão e/ou a sua desinfecção a base de álcool², uso de máscaras, em resultado das experiências dos outros contextos. Como também se observa a intervenção institucionalizada do Estado no combate à COVID-19, por meio do reforço das acções de sensibilização para adopção e cumprimento das medidas de prevenção – que de certo modo já estavam a ser implementadas pelos moçambicanos. É de referir que este posicionamento do Estado resulta, como o Presidente da República, Filipe Nyusi, se referiu no seu informe, no dia 29 de Abril de 2020, sobre o estado de combate à COVID-19, da pressão dos diferentes grupos da sociedade por receio do vírus. Este posicionamento evoluiu de simples processo de monitoria para a decretação do Estado de Emergência no dia 30 de Março, por trinta dias (01 a 30 de Abril e prorrogação por mais trinta dias, 01 a 30 de Maio).

Este conjunto de medidas reflecte, até certo ponto, a produção do risco enquanto racionalidade social, na medida em que manifesta a “libertação [entre os moçambicanos] de fantasias de perigo e antídotos para elas, roubando dessa maneira à sociedade moderna [moçambicana] a sua liberdade de acção” (Beck, 2002: 4). Ou seja, o sentimento de pânico que se instalou entre os moçambicanos – em resultado da informação veiculada pela imprensa sobre a doença, as condições sociais, económicas, hospitalares e políticas (descrédito dos moçambicanos em relação à capacidade do governo em combater o vírus) – fez com que, por um lado, se adoptassem medidas como que se o vírus já estivesse em Moçambique, e, por outro, se mostrassem predispostos a abdicar das suas liberdades, como se verificou com a decretação do Estado de Emergência³.

Esta dimensão subjectiva do risco nas acções dos moçambicanos ficou explícita, de certa forma, através da decretação do Estado de Emergência, ao deixar a descoberto o despreparo – das diferentes instituições do Estado – para implementar o decreto, como, por exemplo, nas restrições no uso dos transportes de passageiros e na circulação de pessoas. Em relação a questão dos transportes, o decreto limitou para 1/3 o número de passageiros como forma de evitar aglomerados, mas não reforçou os meios de transporte. Por conta disso a medida não se mostrou eficaz, os transportadores continuaram a levar passageiros para além da sua capacidade máxima (superlotados), situação que fez o governo recuar na medida e introduzir a obrigatoriedade do uso da máscara para os usuários dos

transportes. Esta obrigatoriedade de uso de máscaras se estendeu a locais com aglomerados populacionais. E que também enfrenta dificuldades na adopção, por parte dos moçambicanos. Enquanto a restrição da circulação de pessoas deixou grande parte dos moçambicanos numa situação de maior vulnerabilidade a que já se encontravam, uma vez que a maioria é trabalhador informal, depende de “biscoito” ou “bolada” para sobreviver, e isto implica sair de casa.

Este segundo aspecto também ajuda a ilustrar que a pobreza se mostrou central na produção subjectiva do risco entre os moçambicanos pobres. Isto é, mesmo diante das campanhas e medidas obrigatórias de combate à COVID-19, este grupo de moçambicanos continuou a se fazer às ruas nos mesmos moldes. Mas esta postura se deve, em grande medida, a uma questão de escolha, como sugerem as palavras de Albuquerque Navarro & Oliveira Cardoso (2005: 68), que “os indivíduos tendem a construir uma auto-imagem e consolidar o que pensam ser um determinado potencial humano, baseando-se neste sentimento para promoverem auto-avaliações para se exporem ou não a riscos”. Por outras palavras, isto significa que este grupo de moçambicanos pobres, escolheu continuar à procura da sua sobrevivência porque a fome se mostra um risco maior e mais presente quando comparado com a COVID-19 que ainda parece distante. Ou como sugere Beck (2011) na analogia aos problemas ambientais, a fome é um risco *visível* enquanto a COVID-19 ainda que real se mostra um risco *invisível* por parecer distante.

Um outro aspecto que pode ajudar a ilustrar que as acções de combate à COVID-19 na sociedade moçambicana são produto do risco subjectivo é a construção social das identidades. Isto é, foi possível observar que os discursos à volta do vírus estavam enformados de estereótipos na lógica dicotómica “outros” e “nós”. Sendo os “outros”, os “chineses”, “doentes” e que estavam a espalhar o vírus pelo mundo, incluindo em Moçambique – uma vez que há uma grande presença deles no país –, e “nós”, os moçambicanos, saudáveis. Foi com base neste estereótipo que observei a emergência de discursos que defendiam que o Estado deveria proibir a entrada de chineses – incluindo indivíduos provenientes de outras regiões com casos da COVID-19 – no país como forma de evitar contágio entre os moçambicanos. Como também se verificou a discriminação para com os “chineses” por meio do receio em partilhar os mesmos espaços sob o risco de contrair o vírus, incluindo a forma como se dirigiam a eles “ei, coronavírus” ao chamar ou indicá-los⁴.

Considerações finais

Os moçambicanos bem como cidadãos de outros contextos do mundo estão numa luta contra a COVID-19, e isto me fez questionar os factores que enformam as suas acções. Na tentativa de compreender, foi possível identificar, pelo menos, dois factores, de um lado, o

desconhecimento (é um vírus novo) científico, e, do outro, o tipo de informação catastrófica que a imprensa transmite sobre a COVID-19, levando as pessoas ao desespero, com sentimentos e pensamentos de que o mundo está a enfrentar uma catástrofe que culminará com o seu fim – fim do mundo. Foi por meio da combinação destes dois aspectos que pude perceber que as acções das pessoas reflectem o risco na sua dimensão subjectiva. Como as acções do governo em Moçambique, relativas ao combate ao vírus, tem transparecido pânico pelo seu nível de despreparo – olhando para o caso dos transportes e obrigatoriedade das pessoas ficarem em casa. É importante acompanhar os fenómenos para ter noção dos riscos, mas é mais importante ainda controlar a produção de risco, para se poder evitar catástrofes que resultariam da produção do risco subjectivo e não do suposto risco “real” na sociedade.

Referências

Albuquerque Navarro, M. B. M. de, & Oliveira Cardoso, T. A. De (2005), “Percepção de risco e cognição: reflexão sobre a sociedade de risco”. *Ciências & Cognição*, 6, 67-72.

Beck, U. (2011), *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Editora 34.

Beck, U. (2002), “O Estado cosmopolita: para uma utopia realista”. *Eurozine*. Tradução de Adriana Bebbiano, 30, 1-4.

Guivant, J. S. (2016), “O legado de Ulrich Beck”. *Ambiente & Sociedade*, 19, 1, 229-240.

Guivant, J. S. (2001), “A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, 95-112.

Luiz, O. D. C., & Cohn, A. (2006), “Sociedade de risco e risco epidemiológico”. *Cadernos de Saúde Pública*, 22, 11, 2339-2348.

Sacramento, I., & Machado, I. B. (2015), “A imigração como risco para a saúde: uma análise das representações do imigrante africano na cobertura da Folha de S. Paulo sobre o ébola”. *Comunicação e Sociedade*, 28, 25-47.

Notícias. (2020), “OMS apela a união contra Covid-19, o ‘inimigo da Humanidade’”. Disponível em: <https://www.jn.pt/mundo/o-inimigo-da-humanidade-oms-apela-a-união-contra-covid-19-11950319.html>. Consultado em: 30 de Abril de 2020.

Lusa. (2020), “COVID-19: Relações China-África enfrentam ‘crise sem precedentes’ por alegada discriminação”. Disponível em: <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/covid-19-relacoes-china-africa-enfrentam-crise-sem-precedentes-por-alegada-discriminacao>. Consultado em: 29 de Abril de 2020.

Teixeira, L. B. (2020), “Não é piada: usar coronavírus para discriminar oriental é crime...”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/02/05-nao-e-piada-usar-coronavirus-para-discriminar-oriental-e-crime.htm>. Consultado em: 29 de Abril de 2020.

Rádio Moçambique. (2020), “2 moçambicanos espancados até a morte no Malawi por acusação de serem transmissores do COVID-19”. Disponível em: <https://www.rm.co.mz/index.php/component/k2/item/10296-2-mocambicanos-espancados-ate-a-morte-no-malawi-por-acusacao-de-serem-transmissores-do-covid-19.html>. Consultado em: 29 de Abril de 2020.

² A procura por álcool desinfetante e máscaras disparou a ponto de começar a escassear no mercado, levando a sua especulação.

³ Uma das características da “sociedade de risco” é a aceitação que os cidadãos demonstram em autorizar o Estado a lhes retirar algumas liberdades em situação de risco iminente (Beck, 2011).

⁴ Os debates sobre a origem da COVID-19 têm levantado a hipótese de o vírus ter sido propagado através do consumo de carne de animais selvagens contaminada e que era comercializada num mercado da cidade de Wuhan, na China.